

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

1	INTRODUÇÃO	2
2	DEFINIÇÕES	2
3	OBJETIVO E ABRANGÊNCIA	3
4	TRANSPARÊNCIA AOS COTISTAS ATUAIS E POTENCIAIS	3
5	ÁREAS E PESSOAS ENVOLVIDAS NO PROCESSO DECISÓRIO	3
6	VISÃO DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ	5
6.1	Fonte e Coleta de Informações	5
6.2	Fundo de Investimento em Cotas	6
6.3	Liquidez de Ativos Financeiros	6
6.4	Resgates Esperados	8
6.4.1	Resgates Esperados em Condições Ordinárias	8
6.4.2	Resgates Esperados: Dispersão de Propriedade das Cotas	9
6.5	Obrigações	9
6.6	Índice de Liquidez	10
7	SUPERVISÃO DINÂMICA DA METODOLOGIA	11
7.1	Situações de Estresse	11
7.1.1	Liquidez Mínima dos Ativos	11
7.1.2	Resgates Esperados	12
7.1.3	Cenários de estresse	12
7.2	Limites, Classificação de Liquidez e Níveis de Alçada	12
7.3	Fechamento de Fundos para Resgates	13
7.3.1	CrITÉrios e Razões para a Suspensão	14
7.3.2	Processo Decisório para a Suspensão	14
7.3.3	Procedimentos Adotados Durante a Suspensão	15
8	DISPOSIÇÕES GERAIS	15



Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2ª	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 1 de 15

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

## 1 INTRODUÇÃO

Este Manual de Gerenciamento de Liquidez das Carteiras dos Fundos de Investimento (Manual de Liquidez) se aplica à atividade de administração de carteiras de valores mobiliários exercida pelo Conglomerado Financeiro Banrisul e contempla as práticas de Gerenciamento do Risco de Liquidez (“GRL”) dos Fundos de Investimento sob a administração fiduciária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Administrador Fiduciário) e gestão de recursos da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Gestor de Recursos).

O Manual de Liquidez é de responsabilidade do Gestor de Recursos, independentemente da utilização, direta ou indireta, de terceiros contratados para auxiliá-lo no exercício desta atividade, em função da necessidade de integração da liquidez dos Fundos de Investimento às decisões de investimento.

Não obstante, o Administrador Fiduciário deve atuar, conjuntamente, com o Gestor de Recursos, para adotar as políticas, procedimentos e controles internos necessários para que a liquidez seja compatível com os prazos previstos nos regulamentos para pagamento dos pedidos de resgate e para o cumprimento das obrigações dos Fundos de Investimento.

Este Manual de Liquidez está em consonância com as regulamentações, regulações e melhores práticas vigentes, em especial as Instruções CVM nº 555 e 558, de 17/12/2014 e 26/03/2015, com alterações posteriores, da Comissão de Valores Mobiliários, o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento e as diretrizes ANBIMA de GRL.

## 2 DEFINIÇÕES

Entende-se como liquidez em Fundos de Investimento, a capacidade de os ativos financeiros existentes nas carteiras serem suficientes para honrarem os passivos no momento da liquidação financeira destes. Para que os Fundos de Investimento não sofram uma situação de iliquidez, os ativos devem ser suficientes mesmo que a realização dos passivos não tenha sido prevista – caso de incidência de solicitações de resgates acima do esperado – e o processo de venda dos ativos deve incorrer em nenhuma ou pouca perda aos cotistas.

Define-se gestão de liquidez, ou gestão de caixa, o conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento do Fundo de Investimento, considerando-se o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

O risco de liquidez consiste no risco de redução ou de inexistência de demanda pelos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo de investimento, nos mercados em que são negociados, devido ao tamanho da posição detida em relação aos volumes usuais de negociação ou à instabilidade das condições de mercado.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2º	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 2 de 15

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

Em virtude de tal risco, o Gestor de Recursos poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos financeiros pelo preço e no tempo desejado, o que pode, inclusive, levá-lo a aceitar descontos nos preços, de forma a efetivar sua negociação. Em casos extremos, o Administrador Fiduciário poderá fechar determinado Fundo de Investimento para resgates.

### 3 OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

O principal objetivo deste manual é o de mitigar a possibilidade de ocorrência de fechamento de fundos para resgates.

Este manual abrange tanto o gerenciamento do risco de liquidez (estimação da possibilidade de algum fundo enfrentar uma situação de iliquidez) como a gestão da liquidez, ou fluxo de caixa, das carteiras (acompanhamento diário das movimentações de ativos e de passivos de cada carteira) dos Fundos de Investimento, excetuados aqueles em que os cotistas não podem solicitar o resgate de cotas a qualquer momento, os exclusivos e os reservados.

### 4 TRANSPARÊNCIA AOS COTISTAS ATUAIS E POTENCIAIS

Os cotistas atuais e os interessados em investir recursos nos Fundos de Investimento deverão ser informados por meio dos respectivos regulamentos e ou dos formulários de informações complementares, acerca da possibilidade de que haja alterações nas condições de liquidez de mercado e, conseqüentemente, dos reflexos que estes eventos podem trazer para as carteiras de investimento. Dentre os reflexos a serem mencionados, destaca-se o potencial de redução no valor de mercado dos ativos e a possibilidade de o Gestor de Recursos não encontrar condições de efetivar determinada operação de venda. Deve-se informar claramente que, em determinadas circunstâncias, o Administrador Fiduciário poderá fechar o fundo para resgates, tão logo seja comunicado pelo Gestor de Recursos dos eventos de iliquidez dos ativos financeiros componentes das carteiras dos Fundos de Investimento.

### 5 ÁREAS E PESSOAS ENVOLVIDAS NO PROCESSO DECISÓRIO

A Política de Gestão de Riscos adotada pelo Conglomerado Financeiro Banrisul estabelece detalhadamente os papéis e as responsabilidades das diversas instâncias decisórias e membros/unidades envolvidos no gerenciamento de riscos.

Resumidamente, no que tange ao gerenciamento de risco de liquidez, cabe ao Administrador Fiduciário, por intermédio da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2º	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 3 de 15

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

fornecer os dados relacionados ao passivo dos Fundos de Investimento para que o Gestor de Recursos, através da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos execute as metodologias de GRL. Por sua vez, as metodologias de GRL são avaliadas pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível II do Administrador Fiduciário e deliberadas pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível I que conta com a participação do Administrador Fiduciário e do Gestor de Recursos.

Além disso, a Controladoria do Administrador Fiduciário efetua, sistematicamente, o compliance do processo de gerenciamento de risco dos Fundos de investimento que inclui o GRL.

O Comitê de Recursos de Terceiros Nível I é um órgão de governança consultivo e deliberativo dos serviços profissionais de administração de carteiras, de responsabilidade do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Administrador Fiduciário) e da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (Gestor de Recursos). É composto pelos seguintes integrantes fixos, com direito a voto: (i) Diretor de Administração de Recursos de Terceiros do Administrador Fiduciário (coordenador); (ii) Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos; (iii) Diretor de Controle e Risco do Gestor de Recursos; e (iv) Superintendente Executivo da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros. Seu quórum mínimo é de 3 (três) integrantes mais o Coordenador do Comitê. As deliberações são tomadas por maioria simples e, em caso de empate, o voto do coordenador é contado em dobro. As reuniões ocorrem mensalmente ou extraordinariamente, sempre que forem registradas demandas relacionadas às atividades de administração de carteiras de valores mobiliárias para avaliação e ou deliberação. Compete ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível I, em relação à gestão de riscos, apreciar e deliberar acerca:

- (i) Das políticas, códigos, manuais e macroprocessos relativos às atividades de administração de carteiras, aplicáveis tanto ao Administrador Fiduciário quanto ao Gestor de Recursos;
- (ii) Do cumprimento de regras, procedimentos e controles internos atinentes às atividades de administração de carteiras, tanto do Administrador Fiduciário como do Gestor de Recursos;
- (iii) Da gestão de riscos de cada carteira de valores de mobiliários, inclusive sobre eventuais ajustes necessários às carteiras;
- (iv) Dos desenquadramentos das carteiras de valores mobiliários, relativos aos limites de composição e concentração de ativos financeiros e de concentração em fatores de risco;
- (v) Da gestão de liquidez das carteiras de valores mobiliários.

O Comitê de Recursos de Terceiros Nível II, dentre outros objetivos, é um órgão consultivo quanto à política de gestão de riscos e ao manual de gerenciamento de liquidez. É integrado pelos seguintes membros com direito a voto: (i) Superintendente Executivo da Unidade de Administração de Recursos de Terceiros (coordenador); (ii) Superintendente Executivo da Unidade de Política de Crédito e Análise de Risco; (iii) Superintendente Executivo da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos; e (iv) Superintendente Executivo da Unidade de Contabilidade. Para

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2ª	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 4 de 15

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

os assuntos relacionados à gestão de riscos, devem ser incorporados ao Comitê, como integrantes com direito a voto, o Gerente Executivo e ou o analista responsável pela gestão de riscos das carteiras de valores mobiliários da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos. O quórum mínimo é de 2 (dois) integrantes com direito a voto mais o Coordenador do Comitê, observada a obrigatoriedade da participação dos integrantes nas reuniões cujas matérias estejam vinculadas às respectivas áreas. O Comitê reúne-se mensalmente, ou extraordinariamente, no âmbito da gestão de riscos, sempre que houver encaminhamentos da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos relativos à política de gestão de riscos. As deliberações do Comitê de Recursos de Terceiros Nível II são tomadas por maioria simples e, em caso de empate, conta-se em dobro o voto do coordenador.

## 6 VISÃO DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ

Para o processo de gerenciamento de risco de liquidez das carteiras, são considerados os seguintes fatores principais:

- (i) Negociabilidade dos ativos financeiros;
- (ii) Resgates esperados em condições ordinárias;
- (iii) Resgates esperados em função do grau de dispersão de propriedade das cotas;
- (iv) Obrigações do fundo.

O risco de liquidez é avaliado para os seguintes horizontes de tempo: 1d, 5d, 21d, 42d, 63d, 126 e 252d. Adicionalmente, é considerado o prazo correspondente à liquidação financeira dos resgates do fundo, o qual é a referência para o cálculo do índice de liquidez da carteira para fins de enquadramento de risco.

### 6.1 Fonte e Coleta de Informações

As fontes de dados utilizadas são as seguintes: Economática ou B3 (ações e derivativos), BACEN ou ANBIMA (títulos públicos federais), CETIPNET (títulos privados emitidos por instituições financeiras), SND (títulos privados emitidos por instituições não financeiras).

Para a realização da coleta periódica dos preços e do volume de negociação no mercado secundário dos ativos financeiros das carteiras dos Fundos de Investimento, a preferência será por fontes públicas disponíveis, tais como o Banco Central do Brasil (títulos públicos federais), a ANBIMA (fonte secundária para informações sobre volumes negociados de títulos públicos federais), a B3 (ações e derivativos), o Sistema Nacional de Debêntures (debêntures) e o CETIP (títulos emitidos por instituições financeiras). O banco de dados Economática é a principal fonte para informações complementares para diversos tipos de ativos e, além disso, informações obtidas por meio de agências de notícias poderão ser utilizadas, se necessário. Se for verificada a existência de operações duplicadas, ou operações intragrupo, ou outliers, devem ser feitas as correções pertinentes para que possíveis vieses nas informações sejam corrigidos.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2º	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 5 de 15

## 6.2 Fundo de Investimento em Cotas

Para os Fundos de Investimento que efetuam aporte de cotas em outros fundos de investimento, o controle do grau de liquidez deverá considerar os seguintes aspectos:

- (i) volume aplicado em relação ao patrimônio líquido do fundo de investimento investido;
- (ii) defasagem de horizonte de tempo existente entre as regras da cotização do fundo de investimento investido com as previstas em regulamento para o pagamento de resgates do Fundo de Investimento; e
- (iii) monitoramento da política de gerenciamento de liquidez dos ativos financeiros integrantes na carteira no fundo de investimento investido.

## 6.3 Liquidez de Ativos Financeiros

Para a estimação de liquidez dos ativos financeiros, são levados em consideração os prazos dos ativos, decompostos por fluxo de pagamento. Admite-se que sejam desconsiderados determinados fluxos intermediários de pagamentos desde que os recursos correspondentes sejam atribuídos a fluxos mais longos. Os prazos deverão ser multiplicados pelo Fator de Liquidez 1 (Fliq1) e pelo Fator de Liquidez 2 (Fliq2), obtendo-se um fator redutor (Red) do prazo do título.

$$\text{Red} = \text{Fliq1} \times \text{Fliq2}$$

Onde:

Red = Redutor do título;

Fliq1 = Fator de Liquidez 1, que incorpora a característica de liquidez do instrumento; e

Fliq2 = Fator de Liquidez 2, que discrimina títulos com maior grau de negociabilidade, conforme classificação da ANBIMA. Caso o ativo não esteja listado na Tabela de Fliq2, assume-se que o Fliq2 é igual a 1.

A tabela abaixo apresenta os percentuais de Fliq1 para cada tipo de ativo. Caso determinado ativo não possa ser classificado em nenhum dos tipos citados abaixo, será atribuído a ele o percentual mais conservador, isto é, 100%.

Ativo					Fliq <sub>1</sub>
CDB S (cláusula de recompra pela curva)					0%
Título Público					
Over					
Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2º	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 6 de 15

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

<b>Eurobond</b>	<b>25%</b>
<b>CDB N (sem recompra), CDB M (recompra a mercado)</b>	<b>50%</b>
<b>Letra Financeira</b>	
<b>Debenture ICVM400</b>	
<b>CDB Subordinado</b>	<b>75%</b>
<b>Letra Financeira Subordinadas</b>	
<b>Debenture ICVM476</b>	
<b>Nota Promissória</b>	
<b>Fundo de Investimento Imobiliário admitido à negociação em bolsa de valores</b>	<b>100%</b>
<b>Debenture ICVM400 com cláusula de <i>Call</i></b>	
<b>Debenture ICVM476 com cláusula de <i>Call</i></b>	
<b>DPGE</b>	
<b>FIDC Fechado</b>	
<b>CCB, CCCB</b>	
<b>CRI, CRA, CDCA, CCI, CPR</b>	
<b>Letra de Crédito</b>	
<b>Compromissada</b>	
<b>Fundo de Investimento Imobiliário</b>	
<b>COE – Certificado de Operações Estruturadas</b>	

Para o fator de liquidez 2, deve-se buscar a tabela mais recente disponibilizada pela ANBIMA. A tabela abaixo ilustra, a fins de exemplo, os ativos referentes a jul/17. Destaca-se que todos os ativos relacionados são referentes a debêntures.

Ativo	Indexador	Fliq2
<b>CPLD12</b>	<b>DI</b>	<b>50%</b>
<b>ALGA26</b>	<b>IPCA</b>	
<b>BNDP36</b>	<b>IPCA</b>	
<b>CMDT23</b>	<b>IPCA</b>	
<b>RDVT11</b>	<b>IPCA</b>	
<b>TBLE26</b>	<b>IPCA</b>	
<b>TCPA31</b>	<b>IPCA</b>	

O prazo final do ativo ajustado pela liquidez ( $P_{aj}$ ) é obtido através da multiplicação do prazo de cada fluxo do ativo pelo redutor do título, conforme a seguinte fórmula:

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2º	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 7 de 15



MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

$$Paj = Pfi \times Red$$

Onde:

Paj = Prazo do título ajustado pela liquidez;

Pfi = Prazo do fluxo; e

Red = Redutor do título.

Cada ativo (ou seus respectivos fluxos de vencimento) será classificado conforme o seu Paj, em um vértice correspondente. Por conservadorismo, é considerada uma relação binária em que não é admitido que o ativo possa ser parcialmente negociado, isto é, ou todo montante é considerado negociável dentro de determinado prazo, ou nenhum valor correspondente ao ativo é considerado negociável dentro do prazo. Para isso, são considerados os horizontes de tempo supracitados. Se o prazo do título for maior do que o de determinado vértice, o ativo será considerado no vértice imediatamente posterior.

#### 6.4 Resgates Esperados

Dois fatores representam de forma preponderante os resgates esperados. O primeiro é referente aos valores de resgates esperados em condições ordinárias, isto é, o montante de resgates a ser solicitado pelo conjunto de cotistas, estimado a partir de indicadores estatísticos. O segundo é o grau de dispersão da propriedade das cotas, sendo que, quanto maior a concentração de cotistas de uma carteira, maior será a chance de haver uma solicitação de resgate proporcionalmente grande em relação ao patrimônio administrado.

##### 6.4.1 Resgates Esperados em Condições Ordinárias

O valor de resgate esperado em condições ordinárias é calculado a partir do histórico de movimentações em cada Fundo de Investimento, excluindo-se os movimentos dos cinco maiores cotistas dos fundos (estes são tratados no fator correspondente à concentração de cotistas). Para tanto, são verificadas as movimentações diárias (aplicações menos resgates) para um histórico de 504 (quinhentos e quatro) dias úteis, ou para o histórico disponível caso o fundo tenha sido constituído há menos de 504 (quinhentos e quatro) e há mais de 126 (cento e vinte e seis) dias úteis.

Para os casos dos horizontes temporais correspondentes a 1 (um) dia e ao prazo correspondente à liquidação financeira das carteiras, é calculado o primeiro percentil da distribuição de movimentos líquidos. A este, é multiplicado o valor das exposições dos cotistas na data da análise. Para os horizontes de d+5 até d+126, é considerado o menor percentual de resgates, o qual é multiplicado pelas exposições vigentes. No horizonte d+252 é considerado que as exposições são integralmente liquidadas, isto é, o montante deste prazo é o total das exposições dos cotistas menos os resgates estimados para os períodos anteriores.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2ª	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 8 de 15



MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

Caso o fundo possua um histórico inferior a 126 (cento e vinte e seis) dias úteis, o resgate esperado será calculado a partir de informações de fundos considerados similares. A identificação de fundos similares depende dos seguintes fatores: (i) o tipo de fundo (classificação do fundo de acordo com a CVM e/ou ANBIMA); (ii) política de investimento; (iii) regras de movimentação (prazo de liquidação financeira igual ou o mais similar dentre os fundos existentes) e; (iv) público alvo.

Para eleger o fundo considerado similar para fins de estimação de resgates esperados em condições ordinárias, os quatro fatores citados recebem igual ponderação. Em caso de empate será considerado mais similar aquele fundo com o Value at Risk (VAR) mais próximo do VAR do fundo para o qual se deseja realizar a estimativa. Caso ainda exista empate, será feita uma média entre os resgates esperados (em percentual de patrimônio líquido) dos fundos empatados e este será o parâmetro a ser considerado para o fundo com histórico insuficiente.

#### 6.4.2 Resgates Esperados: Dispersão de Propriedade das Cotas

Para a estimação dos resgates esperados em função da dispersão da propriedade das cotas, é calculado o primeiro percentil de resgates líquidos dos movimentos do maior cotista da carteira e, também, o primeiro percentil de movimentos acumulados do segundo até o quinto maior cotista. Para o horizonte de 1 (um) dia e para aquele correspondente ao prazo de liquidação financeira do fundo, o resgate esperado é obtido através da ponderação entre o percentil do maior cotista multiplicado pela sua posição em d0 pelo percentil dos cotistas de número 2 a 5 multiplicado pelo somatório das posições destes cotistas em d0. No caso dos demais horizontes, ao invés do primeiro percentil, utiliza-se como métrica o menor percentual histórico observado.

#### 6.5 Obrigações

A estimação das obrigações a serem pagas pelas carteiras dos Fundos de Investimento pode ser segmentada em:

- (i) despesas relacionadas a ativos expostos a margens ajustes e garantias; e
- (ii) despesas ordinárias.

No primeiro caso, a estimação do nível liquidez necessário será realizada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos por meio de cenário de estresse de risco de mercado para os ativos e derivativos envolvidos.

Para o segundo caso, constituem despesas ordinárias as seguintes despesas que podem ser apropriadas diariamente nos Fundos de Investimento:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do fundo;

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2ª	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 9 de 15

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

- (ii) despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas nesta Instrução;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- (iv) honorários e despesas do auditor independente;
- (v) emolumentos e comissões pagas por operações do fundo;
- (vi) honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- (viii) despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos financeiros do fundo;
- (ix) despesas com liquidação, registro, e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;
- (x) despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- (xi) no caso de fundo fechado, a contribuição anual devida às bolsas de valores ou às entidades do mercado organizado em que o fundo tenha suas cotas admitidas à negociação;
- (xii) as taxas de administração e de performance;
- (xiii) os montantes devidos a fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na taxa de administração e/ou performance, observado ainda o disposto no art. 85, § 8º da ICVM 555; e
- (xiv) honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo de Investimento, inclusive aquelas de que trata o Art. 84, §4º da ICVM 555, correm por conta do Administrador Fiduciário, devendo ser por ele contratadas.

## 6.6 Índice Liquidez

A partir da estimação de ativos líquidos, resgates esperados e de obrigações às quais os fundos estão sujeitos, é feito um somatório para cada horizonte de tempo a fim de que sejam identificados os potenciais descasamentos entre ativos e passivos. Os descasamentos são representados através do Índice de Liquidez (IL) de cada fundo de investimento.

O IL mede a capacidade, por período, que cada fundo de investimento tem de honrar seus desembolsos esperados. Para o cálculo em diferentes horizontes de tempo, os saldos positivos ou negativos são acumulados de um período para outro. Um índice inferior a 1 (um), indica uma situação de iliquidez para o Fundo de Investimento, o que deve ser imediatamente comunicado pelo

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2º	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 10 de 15

Diretor de Controle e Risco do Gestor de Recursos aos coordenadores do Comitê de Gestão de Recursos Nível I e do Comitê de Investimentos. A equação abaixo formaliza o conceito do índice utilizado para cada período.

$$IL = \frac{\text{Ativos Líquidos Estressados} + \text{Liquidez Períodos Anteriores}}{\text{Saídas Líquidas de Caixa em Situação de Estresse}}$$

Onde:

IL = Índice de Liquidez;

Ativos Líquidos Estressados: Caixa, operações compromissadas com lastro em títulos públicos, direitos a receber e ativos passíveis de liquidação, em situação de estresse;

Saídas Líquidas de Caixa em Situação de Estresse: Obrigações e encargos a pagar, resgates convertidos e não pagos e o valor estimado de resgate em situação de estresse;

Liquidez Períodos Anteriores: Somatório de todos ativos liquidáveis em períodos anteriores subtraído do somatório de todas as saídas líquidas estimadas para períodos anteriores.

## 7 SUPERVISÃO DINÂMICA DA METODOLOGIA

### 7.1 Situações de Estresse

As carteiras dos Fundos de Investimento são submetidas a testes de estresse periódicos com cenários que levam em consideração, no mínimo, as movimentações do passivo, a liquidez dos ativos, as obrigações e a cotização do Fundo de Investimento. Os critérios de estresse são definidos anualmente ou, caso o Comitê de Gestão de Recursos Nível I considere necessário, a qualquer tempo. A partir das definições adotadas, as carteiras são submetidas diariamente aos testes de estresse vigentes.

Por meio dos testes de estresse é estimada uma redução na negociabilidade dos ativos financeiros e um aumento nos resgates esperados para o Fundo de Investimento. As despesas ordinárias são consideradas da mesma forma de quando estimadas em um cenário considerado normal (exceto quando estiverem sujeitas a flutuações de mercado, como no caso de depósitos de margens). Em caso de existência de despesas relacionadas a margens, ajustes, a estimativa é realizada através de modelo de estresse de risco de mercado para os derivativos que originam este tipo de despesa.

#### 7.1.1 Liquidez Mínima dos Ativos

Para a estimativa da liquidez mínima dos ativos financeiros componentes das carteiras dos Fundos de Investimento, são adotados os seguintes critérios os quais devem ser observados para cada Fundo de Investimento:

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2º	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 11 de 15

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

- (i) As operações com compromisso de recompra para o prazo de um dia útil são considerados ativos com liquidez imediata já que a operação de compra deste tipo de ativo é realizada diariamente e após o encerramento das aplicações e resgates de cada Fundo.
- (ii) A estimação de liquidez de mercado é realizada para títulos públicos federais, debêntures e ações (exceto para ativos em garantia). Os demais, são considerados ilíquidos. Para a determinação do volume considerado líquido em d1, calcula-se a média diária de negociação dos últimos 21 dias úteis para cada título e, sobre a média, é aplicado um redutor de 70%. Para os demais horizontes de tempo, multiplica-se a média calculada pela raiz quadrada do horizonte de tempo e aplica-se o mesmo redutor; e
- (iii) Para o gerenciamento de caixa e adequação ao prazo de cotização de cada fundo, deve-se considerar o prazo de liquidação financeira de cada tipo de ativo. Para os ativos financeiros em que não houver informações sobre negociação em mercado secundário, bem como para aqueles que estiverem bloqueados para negociação, o grau de liquidez é definido como sendo de nenhuma liquidez e o prazo estimado para a efetivação de negócio é considerado de 252 dias.

## 7.1.2 Resgates Esperados

Os resgates esperados em função da dispersão da propriedade das cotas são considerados eventos de baixa frequência, mas de grande impacto para a liquidez dos fundos. Em função disso, para fins de testes de estresse, adota-se o resgate total da posição do maior cotista do fundo no lugar do percentil sobre a sua exposição e, também, dos percentuais mínimos observados, no caso dos horizontes a partir de d5.

## 7.1.3 Cenários de Estresse

São considerados e comparados três cenários de estresse distintos: (i) Cenário 1: estressa-se apenas a posição dos ativos financeiros da carteira; (ii) Cenário 2: os resgates esperados são estressados e as posições de ativos são as mesmas do cenário para condições normais de mercado e; (iii) Cenário 3: tanto os ativos como os passivos são estressados. Para fins de classificação de limites e níveis de alerta, utiliza-se como base o cenário 3.

## 7.2 Limites, Classificação de Liquidez e Níveis de Alçada

De acordo com o grau de utilização do limite, os fundos são enquadrados em uma das seis classificações de risco. O grau de utilização de limite é o inverso do Índice Geral de Liquidez, ou seja, as saídas esperadas de caixa representam o numerador e, os ativos, o denominador. Caso determinada carteira apresente grau de utilização de limite superior a 100% no cenário de estresse 3, ela será considerada desenquadrada e o seu nível de liquidez será classificado como “Vermelho”.

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2ª	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 12 de 15

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

Até chegar a este nível, existem quatro níveis de alerta os quais são determinados pela proximidade de a utilização do limite chegar aos 100%. Os alertas são os seguintes: Baixo, Médio, Alto e Máximo. Por fim, a classificação “Verde” representa uma situação de maior folga de liquidez, isto é, dadas as premissas e condições vigentes, existe pouca probabilidade de o fundo apresentar uma situação de iliquidez. A tabela X, a seguir, apresenta os níveis de utilização de limites e os Índices Gerais de Liquidez correspondentes a cada uma das 6 (seis) classificações.

Classificação de Liquidez	Descrição	IL MÁXIMO
<b>Verde</b>	Utilização do limite $\leq 65\%$	NA
<b>Alerta Baixo</b>	Utilização do limite $\leq 70\%$ e $> 65\%$	1,5385
<b>Alerta Médio</b>	Utilização do limite $\leq 75\%$ e $> 70\%$	1,4286
<b>Alerta Alto</b>	Utilização do limite $\leq 80\%$ e $> 75\%$	1,3333
<b>Alerta Máximo</b>	Utilização do limite $\leq 100\%$ e $> 80\%$	1,2500
<b>Vermelho</b>	Utilização do limite $> 100\%$	1,0000

As classificações de liquidez servem como parâmetro dos níveis de alçada dos envolvidos no seu gerenciamento. Para tanto, adotam-se os seguintes critérios:

- (i) Para os casos em que as carteiras apresentem classificação do verde até o alerta alto (este, inclusive), não há requisição de ajuste, observada a atenção do Gestor de Recursos em manter observação das carteiras por intermédio da Gerência de Gestão de Recursos de Terceiros; avaliada pelo Comitê de Investimento e aprovada pelo Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos;
- (ii) Nos casos de alerta máximo, não há obrigatoriedade de ajuste das carteiras, desde que a manutenção do nível de liquidez seja avaliada pelo Comitê de Investimento e Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos e pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível I;
- (iii) No caso de alerta vermelho (o que representa um desenquadramento de limite de risco), o Diretor de Controle e Risco do Gestor de Recursos requisita o imediato ajuste da exposição ao risco de liquidez da carteira, reportando ao Comitê de Recursos de Terceiros Nível I que, em função de desenquadramento, poderá deliberar pelo fechamento do Fundo de Investimento para novas captações e ou resgates.

O Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros do Gestor de Recursos deve tomar as providências necessárias para ajustar a exposição ao risco de liquidez da carteira do Fundo de Investimento que registrar desenquadramento,

### 7.3 Fechamento de Fundos para Resgates

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2º	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 13 de 15

MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

Em situações excepcionais de iliquidez dos ativos financeiros no mercado, inclusive no caso de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que acarretem em possível alteração do tratamento tributário do fundo de investimento ou dos cotistas, o Administrador Fiduciário poderá declarar a suspensão, provisória, de novos resgates, devendo, de acordo com o Regulamento do Fundo de Investimento, adotar os procedimentos subsequentes, em consonância com a Instrução CVM nº 555 e suas alterações.

### 7.3.1 Critérios e Razões para a Suspensão

Fechar um fundo para resgates é uma medida que deverá ser tomada somente em situações extremas e após o Administrador Fiduciário e o Gestor Recursos ter empregado os melhores esforços para considerar todas as alternativas possíveis para evitar este procedimento. O fundo também deverá ser fechado para novas aplicações caso haja o fechamento para resgates. Os seguintes motivos são considerados defensáveis para que um fundo seja fechado para resgates:

- (i) Suspensão de negócios em determinado mercado ao qual a carteira possui uma participação relevante de seu patrimônio;
- (ii) Corrida de resgates realizados por parte de investidores. Define-se corrida de resgates, uma situação em que os resgates realizados forem superiores às estimativas realizadas para condições de estresse;
- (iii) Parte relevante dos ativos da carteira tem sua negociabilidade reduzida para níveis extremamente baixos sem que o Gestor de Recursos tenha tido condições de efetivar a venda dos mesmos;
- (iv) Situações excepcionais em que o valor justo de uma parte considerável da carteira é difícil ou até impossível de ser atingido, especialmente em momentos de crise nos mercados financeiros;
- (v) Problemas operacionais do Administrador Fiduciário ou de terceiros (desde que estes estejam ligados ao funcionamento do fundo) que prejudiquem severamente as atividades do fundo.

O fechamento de um Fundo de Investimento para resgates deve ser avaliado pelo Comitê de Recursos de Terceiros Nível I,

### 7.3.2 Processo Decisório para a Suspensão

O processo decisório para a suspensão de resgates deve estar explícito em Plano de Continuidade de Negócios e deverá abranger as seguintes questões:

- (i) Quais as pessoas envolvidas no processo e quais os seus papéis?
- (ii) Interações e meios de comunicação com outras partes envolvidas no processo;
- (iii) Estrutura para atender aos questionamentos dos cotistas;

Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2º	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 14 de 15



MANUAL DE GERENCIAMENTO DE LIQUIDEZ DAS CARTEIRAS DOS  
FUNDOS DE INVESTIMENTO

- (iv) Documentação com as razões para a suspensão e as ações tomadas e/ou planejadas referentes ao processo de fechamento. Se possível, a documentação deve destacar os critérios objetivos que levaram ao fechamento (quanto menos subjetividade, melhor), e
- (v) Comunicação às autoridades competentes, aos cotistas e a outras partes interessadas.

### 7.3.3 Procedimentos Adotados Durante a Suspensão

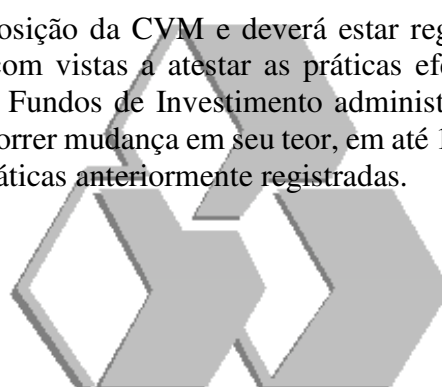
Caso o Administrador venha a declarar o fechamento do fundo para resgates, esta atitude deverá ser imediatamente comunicada à CVM. Além disso, no prazo máximo de 1 (um) dia o Administrador Fiduciário deve convocar Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de fechamento, ainda que o fundo tenha sido reaberto antes deste prazo. As alternativas mínimas a serem analisadas na Assembleia são as seguintes:

- (i) substituição do Administrador, do Gestor, ou de ambos;
- (ii) reabertura ou manutenção do fechamento do fundo para resgate;
- (iii) possibilidade do pagamento de resgate em ativos financeiros;
- (iv) cisão do fundo;
- (v) liquidação do fundo.

Adicionalmente, a estrutura do canal de atendimento ao cotista disponibilizada pelo Administrador Fiduciário deve estar adequada ao aumento de demanda de informações a qual tende a ocorrer em uma situação deste tipo.

## 8 DISPOSIÇÕES GERAIS

O Manual de Liquidez deve ficar à disposição da CVM e deverá estar registrado na ANBIMA, sempre em sua forma mais atualizada, com vistas a atestar as práticas efetivamente utilizadas, no que tange à liquidez das carteiras dos Fundos de Investimento administrados pelo Banrisul, devendo haver novo registro, sempre que ocorrer mudança em seu teor, em até 15 (quinze) dias contados de sua alteração, ou da alteração das práticas anteriormente registradas.



Edição	Informação	Data do Início da Vigência	Próxima Revisão:	Aprovação	Página
2º	( ) confidencial ( ) uso interno (X) pública	26/7/2017	26/07/2017 ou A qualquer momento	Comitê de Recursos de Terceiros Nível II e Comitê de Recursos de Terceiros Nível I	Página 15 de 15